

Como era óbvio, o governo conseguiu facilmente fazer passar o Orçamento de Estado em acordo com a direita. Tudo para aí apontava desde as eleições de Outubro e só espanta que ainda houvesse alguma esquerda a encenar a pantomima de que poderia forçar-se um acordo parlamentar “à esquerda”.

Não haja ilusões: a esquerda não obteve nenhuma vitória nas eleições que lhe permita vislumbrar uma mudança de rumo político. O que de politicamente significativo se deu foi uma divisão de forças no bloco do poder que fez com que nenhum dos três partidos da direita tenha ascendente suficiente para governar por si. Mas, na previsão deste desenlace, o patronato apontou de imediato a via: forçar os três partidos a acordos que permitam levar por diante a política de ataque ao trabalho.

Pensar o contrário, e admitir a miragem de uma maioria de esquerda com o concurso dos socialistas, é colocar-se na dependência estratégica do PS, condicionando uma mudança de rumo político do país à vontade dos seus dirigentes – vontade essa que está por demais demonstrada. Isto equivale a manter as classes trabalhadoras dependentes de quem sempre provou querer extorquir-lhes tudo o que for necessário para tirar o capitalismo português da fossa.

Inverter a situação não é fácil, mas há sinais do caminho que deve ser seguido. Um sinal, vindo de dentro, foi dado pelos protestos recentes dos enfermeiros, dos funcionários públicos, dos estudantes do básico e secundário e dos mineiros de Neves Corvo. Outros sinais, vindos de fora, foram dados pelas manifestações dos trabalhadores gregos contra as medidas de austeridade do governo (socialista!) de Papandreu; e, sobretudo, pela greve geral dos trabalhadores turcos, com forte participação dos operários da indústria, em apoio de 12 mil camaradas ameaçados de despedimento e de cortes salariais. Disse em Atenas um sindicalista grego: “Declararam guerra aos trabalhadores, responderemos com a guerra!”

A política é despedir e baixar salários

A inclusão no projectado Plano de Estabilidade e Crescimento de uma medida de congelamento de salários dos funcionários do Estado, não vai ter efeitos apenas na Função Pública; será também um sinal para que todo o patronato

pratique uma política de aumentos zero. Ao mesmo tempo, fala-se da inevitabilidade do aumento das despesas com o Ministério da Defesa, que sobem 5%. Contradição? Não, apenas dois lados da mesma política de espoliação das classes trabalhadoras.

pág. 3 e 8



Greve geral une trabalhadores turcos Gregos recusam “austeridade”

pág. 12

Cimeira da NATO não é bem vinda

pág. 6-7

Orçamento é uma declaração de guerra aos trabalhadores

Este orçamento é uma declaração de guerra aos trabalhadores. O Secretário-Geral do PCP disse, como quem descobre a pólvora, que a direita já tem o seu orçamento. Para quem tem a elevada responsabilidade de personificar os interesses superiores dos trabalhadores, convenhamos, que a afirmação confirma alguma falta de vocação política para o exercício desse cargo.

Perante este orçamento só uma resposta é aceitável: a de que os trabalhadores não permitirão de modo nenhum a aplicação deste acto criminoso por parte dos partidos do grande capital. Só que não é isso que vai acontecer e o Bloco de Esquerda também aí está para o impedir. Basta vermos a forma como o Bloco o contesta para se concluir isso: medidas para atenuar o elevado desemprego sem explicar quais, extensão no tempo do subsídio e alguns paliativos burgueses para moralizar esta democracia de que tanto gostam: impostos sobre as mais-valias especulativas e combate aos *off-shores* fraudulentos. Com este programa e com este partido os trabalhadores só têm que se regozijar bastante...

Afonso Gonçalves

Da 1.ª República à crise mundial

Os discursos de Cavaco e Sócrates sobre a 1.ª República indicam o caminho: é urgente uma cidadania revolucionária para combater o que eles defendem.

O imperialismo americano criou as intocáveis e criminosas agências internacionais de *rating*. Porque havia agora de regular, supervisionar ou matar as suas galinhas dos ovos de ouro?

O balanço negro sobre a economia mundial em 2009 demonstra que vivemos a maior e mais grave crise e recessão capitalista dos últimos 80 anos. A contradição trabalho-capital continua a existir. A dicotomia esquerda-direita também. A luta de classes e a Revolução não morreram. A história não acabou... O marxismo nunca esteve tão vivo, dinâmico e actual como hoje!

Está em marcha na Europa uma revolução social cujo desfecho desconhecemos... As agências de *rating*, a UE, o Banco Mundial, o FMI são o alvo e, em última análise, o capitalismo de mercado bolsista de casino.

Fernando Barão

O 18 de Janeiro

Que o 18 de Janeiro de 1934 inspire a luta que o proletariado português tem que travar contra o capitalismo, pela defesa dos seus interesses imediatos e pela sua emancipação. Consultem "achispavermelha.blogspot.com" e leiam o texto publicado sobre esta data gloriosa da luta do proletariado contra a ditadura fascista/capitalista. Saudações comunistas.
André

A luta contra o desemprego

Se os números do desemprego que as estatísticas apresentam fossem reais e não manipulados, o número total do desemprego



rondaria os 15 ou 16%, não contando com aqueles que foram obrigados à emigração.

No entanto, é de lamentar que as direcções sindicais continuem na mesma pasma de sempre, ou seja, recorrem na maioria das vezes aos tribunais e não à luta, como se estes fossem o garante principal para os trabalhadores reaverem o que lhes pertence, não apresentado qualquer alternativa de luta aos trabalhadores, indo ao ponto de desejarem um novo empresário para viabilizar a empresa em questão. Pode-se mesmo considerar que a inexistência de luta por parte dos trabalhadores, na maioria das vezes, se deve mesmo à actuação dos "dirigentes" sindicais. O recente "acordo de princípios" realizado entre o Ministério da Educação/Direcções Sindicais, onde no essencial se manteve o projecto de Sócrates/Maria de

Lurdes Rodrigues, que comparado com a anterior legislação é um retrocesso nos direitos e na dignidade profissional dos professores, é bem um grande exemplo. E, a permanecerem direcções sindicais desta qualidade, o II governo Sócrates bem pode esfregar as mãozinhas de contentamento, que terá a maior das facilidades na aprovação do Orçamento de Estado, como na aplicação das suas políticas reaccionárias e anti-sociais daí decorrentes.

A luta contra o desemprego terá que passar forçosamente pela luta contra o novo Código de Trabalho (e não apenas contra as medidas mais gravosas, como propõem as Centrais Sindicais), pela redução do horário de trabalho, bem como pela ocupação das próprias empresas. Saudações sindicais.

André

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart
Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Manuel Monteiro, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos
Site David Raposo
Contactos
Apartado 50093
S. João de Brito 1702-001 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com
www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números (um ano)
Donativo mínimo, €15
Apoio, o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar "Outras Operações" e "Transferências"), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

APOIOS

Vendas Lisboa20,00 €
Vendas Porto16,50 €
Donativos.....85,00 €

A luta dos enfermeiros

Governo fez uma primeira tentativa de redução de salários

Os enfermeiros portugueses desencadearam uma enérgica greve nos dias 27, 28 e 29 de Janeiro, cuja adesão envolveu cerca de 90% dos seus membros. No dia 29, levaram a cabo uma grande manifestação (na opinião dos Sindicatos, a maior destes profissionais de saúde desde 1976), que percorreu diversas ruas de Lisboa, indo do Ministério da Saúde até ao Ministério das Finanças e envolvendo cerca de 15 mil trabalhadores. Uma vitória da unidade e da disposição de luta dos enfermeiros portugueses, em defesa das suas reivindicações, particularmente do seu direito a salários dignos e a melhores condições de trabalho. Como consequência, milhares de consultas desmarcadas e de cirurgias por realizar em todo o país. Em causa estava a proposta salarial do Governo, considerada humilhante e desrespeitadora, nomeadamente no que diz respeito ao início

de carreira destes profissionais. A primeira proposta apresentada pelo Ministério da Saúde traduzia-se numa descida do actual salário (1020 euros) para 995 euros.

Não pode deixar-se de pensar que este foi um primeiro ensaio tentado pelo governo não só para congelar, mas para baixar, em valor absoluto, os salários dos trabalhadores da Função Pública. Também por isto, a determinação dos enfermeiros em manter a sua posição representa uma ajuda importante à luta de todos os funcionários – e que deles deve, portanto, merecer pleno apoio.

Apesar de ter recuado nesta sua proposta inicial, o governo manteve condições inaceitáveis na resposta à reivindicação sindical de 1500 euros mensais. A actual proposta do Ministério aponta a mesma remuneração de 1020 euros até 2014/2015, com os enfermeiros a ganhar 1200 euros apenas a partir dessa data.

A prosseguir a teimosia do governo



em não negociar seriamente com os enfermeiros, e dada a actual disparidade de salários em relação aos outros trabalhadores da Administração Pública, é previsível (e justa) uma radicalização da luta,

podendo, por exemplo, os profissionais dos blocos operatórios parar durante “algumas semanas”, com o apoio solidário (inclusive monetário) dos restantes colegas.

Pedro Goulart

Orçamento

A política é despedir e baixar nível de vida de todos os trabalhadores

Nos dez anos decorridos desde 2000, os funcionários públicos apenas tiveram um ano (2009) em que beneficiaram de aumento real de salário; em todos os outros perderam poder de compra, com aumentos abaixo da inflação. Com o anúncio feito pelo governo – prontamente apoiado por PSD e CDS e aplaudido pelo patronato – de que não vai haver aumentos reais até 2013, os trabalhadores do Estado terão pela frente mais 4 anos de perda de nível de vida. Mas não só eles.

A propaganda transmitida pelos meios de comunicação dá crédito à ideia de que os funcionários públicos são privilegiados e, a partir daí, força a conclusão de que o nivelamento deve ser feito por baixo. É este o único critério de igualdade que o capitalismo aplica: nivelar, sempre que pode, todos os assalariados pela bitola mínima.

A inclusão no projectado Plano de Estabilidade e Crescimento de uma tal medida não vai ter efeitos apenas nos salários da Função Pública; será também um sinal para que todo o patronato pratique uma política de aumentos zero.

Nos últimos dez anos, segundo o ministério do Trabalho, os salários no sector privado, em média,

acompanharam a inflação. Mas, sabendo-se como têm aumentado os despedimentos, a situação média das classes trabalhadoras no seu conjunto decaiu fortemente, como é bom de ver. No funcionalismo não tem havido despedimentos propriamente ditos. E a medida foi, até agora, bem recebida pelos patrões porque tem permitido ao capital privado plena liberdade para despedir à tripa-forra sem que os efeitos sociais globais do desemprego atingissem níveis explosivos. Mas essa ausência de despedimentos no Estado foi sendo paga pelos funcionários com perdas contínuas de nível de vida.

Agora, em nome da diminuição da despesa pública, já se ouve o

patronato a reclamar que seja o Estado “a cumprir a sua parte” no que respeita a despedimentos! A conjugação de aumentos zero com mais despedimentos será catastrófica para as condições de vida dos assalariados, sejam do sector público ou do privado. Se tal política for avante, uns e outros vão ter pela frente um novo período de forte quebra do nível de vida.

O caminho é unir esforços, juntar lutas sectoriais, rejeitar o nivelamento por baixo. É colocar os reais interesses de classe, enquanto assalariados, acima dos supostos interesses “nacionais”, ou da “economia”, com os quais o capitalismo apela ao sacrifício voluntário dos trabalhadores.

Manuel Raposo

“Tratam-nos como lixo!”

Operadores de *call centers* denunciam as condições de trabalho na PT, na Optimus e na TMN

A propósito de um texto que publicámos em Outubro de 2008, denunciando o regime de trabalho a que estavam sujeitos os funcionários de um *call center* da TMN em Lisboa, recebemos ainda recentemente mais três denúncias de operadores de *call centers*.

Todos confirmam o mesmo regime brutal de trabalho, as mesmas arbitrariedades, a constante espionagem a que os operadores são sujeitos por chefes e chefetes, as ameaças de despedimento e a insegurança no trabalho.

Somos números e descartáveis

Também eu trabalho num *call center*, em Coimbra, da PT. No meu caso, estou em *outbound*, quatro horas por dia a “incomodar clientes” para tentar convencê-los a aderirem ao serviço *meo*. Estou já há quatro meses. Sou licenciada em antropologia e estou a fazer mestrado, o que implica um financiamento do meu bolso para a minha própria investigação. Como neste país pouco se aposta nos estudos em ciências sociais, tive de levar a cabo o meu projecto por conta própria. Dai ter de arranjar este *part-time*. Funcionamos com comissões sobre as vendas, e auditorias que levam a penalizações. Só ganhamos as comissões se atingirmos 75% do que considerarem como objectivo para aquele mês. No mês passado, tive bons resultados e a muito custo, acreditem, como vocês também já devem perceber.

Passados dois dias de ter sabido do valor da minha comissão, fui auditada, num padrão suspeito, por ter dito algo que consideram um erro grave. Aliás, erro este que não sabia que era erro, e que tenho vindo a cometer nomeadamente em telefonemas cujas auditorias estão na faixa dos 90%. Já tive uma auditoria a 100%. Curiosamente, nesta última, imaginem qual foi a minha penalização: – Todas as comissões das vendas ao longo do mês de Janeiro! Se por um lado sou pressionada para vender, com as formas mais rocambolescas, por outro deram-me este prémio pelo bom desempenho.

Somos números, e descartáveis. Nojentos, estes impérios corporativistas que nos tratam como lixo. É o “se não fores tu é outro”... todos somos substituíveis, precá-



rios... Que futuro será o da nossa sociedade?

Marta

Não há grande camaradagem

Também trabalho num *call center* do grupo da TMN. Já fiz de tudo. *Inbound* e *outbound*, mas a função básica é *inbound* (atendimento de chamadas, apoio à facturação, situação dos pedidos, etc.)! As condições são exactamente as mesmas do que no comentário [artigo] inicial! É tudo igual. Apenas muda o nome da empresa! Noto que as pessoas não são reconhecidas pelo seu trabalho, mas sim pelas cunhas. Até nos *call centers* isto existe. Vejo cada um a subir a supervisor! É só mérito! Noto também que não há um grande espírito de equipa e camaradagem. É o salve-se quem puder! É um trabalho muito cansativo e muito mal pago. Neste momento, trabalho neste meio não porque eu goste, mas por falta de oportunidades no curso superior que tirei. Embora já tenha trabalhado na minha área antes da crise. Enfim! Os *call centers* tendem a

piorar a cada dia que passa. Não são de esperar grandes inovações e boas remunerações para os jovens que lá trabalham!

Vítor

Um trabalho desgastante

Aqui deixo também o meu testemunho. Sou assistente de apoio ao cliente na Optimus e faço *full-time* (8 horas por dia), sendo que pouco mais ganho que 500 euros e isto em *full-time*, não em *part-time*. É um trabalho muito desgastante e os clientes não têm, nem de longe, noção do quanto nos custa ouvir determinadas coisas sem que possamos responder – pois à mínima resposta menos simpática somos logo chamados à atenção por escutas constantes que nos fazem. E, sem dúvida, um trabalho super cansativo. Estou lá há oito meses e tenho andado extremamente cansada e em *stress*. Também sou licenciada, mas num país sem trabalho temos que nos sujeitar ao que há e acreditar que iremos ter, num futuro, um trabalho melhor e mais gratificante.

Sandy

Greve em Neves Corvo

A mina de Neves Corvo, em Castro Verde, emprega 900 trabalhadores e produz anualmente mais de dois milhões de toneladas de cobre em bruto. O descontentamento em relação à Somincor, concessionária da Neves Corvo, é grande. E maior entre os trabalhadores de fundo, que trabalham a 700 metros de profundidade e reivindicam mais 100 euros mensais por um trabalho muito penoso. Contudo, a Administração recusa-se a aceitar esta justa reivindicação. Assim, os trabalhadores iniciaram em 16 de Fevereiro uma greve de duas horas, no início de cada turno, por tempo indeterminado. No primeiro dia, a adesão à greve rondou os 90%. Mas a luta prossegue, pois é grande a determinação dos trabalhadores.

O negócio da saúde

Os quatro principais grupos privados que operam na área da saúde – Espírito Santo Saúde, José de Melo Saúde, Trofa Saúde e Hospitais Privados de Saúde – facturaram, em 2009, cerca de 700 milhões de euros, fazendo crescer o negócio 42% em relação ao ano anterior. O florescimento deste negócio deve-se ao comportamento dos governos do capital, que desrespeitando o direito dos portugueses a uma saúde gratuita, desinvestiram no sector público, mantendo os doentes meses e anos à espera de consultas, intervenções cirúrgicas e tratamentos, atirando médicos e enfermeiros para o sector privado. Uma situação, muitas vezes, trágica para os utentes do Serviço Nacional de Saúde.

Sócrates: 1361 nomeações

Apesar da “crise”, o novo governo de José Sócrates, em pouco mais de 3 meses, já nomeou quase 1400 pessoas, como assessores, administrativos, adjuntos, secretárias e motoristas. Mais de 20% sem quaisquer vínculos à função pública. Nomeações, claro, entre filhos, primos, afilhados, gente do partido e amigos. Neste campo, Sócrates conseguiu mesmo ultrapassar os números dos seus parceiros do bloco central – Durão Barroso e Santana Lopes.

“Os patrões ficam sempre bem”

Trabalhadores da Paralux comentam o fecho da empresa

Depois de termos publicado, em Novembro, uma notícia sobre o fecho da Paralux e da Serlux, duas empresas do sector eléctrico situadas no Cacém, vários comentários de trabalhadores chegaram à nossa redacção. Sete deles foram divulgados no número anterior do MV. Mais reacções nos foram entretanto enviadas; e são essas que agora damos a conhecer.

Ninguém se preocupou com os trabalhadores

Pois é, caro jornalista, tem toda a razão de escrever que ninguém se preocupou com os direitos dos trabalhadores.

Pois a gerência conseguiu fazer o que queria, a maioria dos empregados suspenderam os contratos e depois já rescindiram por falta de pagamento.

Posso dizer que estive sem receber até ao dia 20 de Janeiro, dia em que rescindi o contrato, à espera de uma palavra da parte dos gerentes, ou mesmo do chefe, mas fomos tratados como cães, só faltava dizer para nos pormos dali para fora.

Lembro que foi feita uma escolha de empregados, não sei qual foi o critério. Ou melhor sei: familiares, amigos e alguns trabalhadores; mas esses trabalhadores não quiseram ficar, pela arrogância dos patrões.

Fizeram tudo para que o nome da Paralux não viesse a público, nunca nos disseram o que pensavam fazer; e pagar, dizem agora que têm um plano de recuperação para apresentar. Mas duvido, é só para adiar o processo e esperar que os clientes que devem paguem, e está uma outra empresa dos mesmos sócios gerentes a facturar.

Isto é apenas um desabafo para o qual peço o anonimato. Mas acho que se tiverem poderes - força!

É com melhores meios vão conseguir obter grandes notícias sobre o que essa gente fez, faz e vai continuar a fazer.

Um bem-haja e em nome dos ex-empregados da Paralux o nosso obrigado pela atenção.

Ex-trabalhador que se sente enganado e roubado e a passar necessidades por esta situação.

Anónimo



Pena tenho dos empregados

Fala-se muito mas não se diz tudo o que se tem que dizer. O dono da empresa não se adaptou aos tempos modernos ou seja: Exporlux, Tromilux, Spectroilux e mais algumas empresas desse ramo fazem o mesmo que a Paralux e mais barato e com melhor qualidade. Os da Paralux pensavam há 20 anos atrás que só eles é que distribuíam iluminação. Pena tenho

dos empregados, que o dono fica sempre bem.

Um abraço solidário.
Rui Oliveira

Tomem atenção

Empregados, tomem atenção às vossas rescisões pois, mesmo sendo com justa causa, não é a mesma coisa se forem os bandidos a promover um despedimento colectivo.

Mais Um

130 despedimentos em marcha na Estoril-Sol

Trabalhadores denunciam regabofe da administração

A administração da Estoril-Sol, proprietária do Casino Estoril, anunciou no início do ano o propósito de despedir colectivamente 113 trabalhadores e mais 17 individualmente. As cartas de despedimento começaram a ser distribuídas em 11 de Fevereiro atingindo maioritariamente os trabalhadores do Casino Estoril. A administração alega que a medida deve-se aos efeitos da crise económica no negócio do jogo, sublinhando a diminuição das receitas do grupo verificada nos últimos dois anos. É mais uma empresa a tentar justificar “reestruturação” e despedimentos com a crise do sistema. Mas a realidade vai para além da crise, como testemunham dois trabalhadores que nos fizeram chegar mensagens denunciando o comportamento da administração.

Assis Ferreira e família

Não sou egoísta nem quero ser, mas o sr. Assis Ferreira, administrador não só do Casino mas dele próprio, enriquece à custa do Casino em todo o seu esplendor. Gasta fortunas na compra de estatuetas da imagem

de Santo António, gasta fortunas em relógios de luxo tendo já uma vasta colecção.

A meu ver, este sr. Assis Ferreira quer governar o Casino de fora para dentro. Será que os outros administradores, que dão a mão a este sr. Assis Ferreira, gostam de

ver a degradação do Casino? O restaurante *Mandarim* está a ser negociado para o genro, que é director de operações no Casino Estoril, que quer fazer um salão de chá.

O bar *Du Art Lounge* está igualmente a ser negociado para o genro.

A discoteca *Jézebel* e os bares *Tamariz* são explorados pela companheira do sr. Assis Ferreira.

Tempo 1

Eles roubam à descarada

O meu comentário: vergonha. Chamem o departamento de investigação criminal e investiguem para onde tem ido o dinheiro ao longo destes anos. Investiguem quanto custou só

espelhar as fachadas do casino: qualquer coisa como 5 milhões de euros; dava para construir 20 vivendas de luxo na Quinta da Marinha. Investiguem a parceria entre a empresa de construção HCl e a Estoril-Sol e a cumplicidade que há entre administradores e HCl e para onde vai grande parte do dinheiro da Estoril-Sol. Investiguem o que tinham alguns administradores há 5 anos e o quem têm agora. Já agora, investiguem também quem está por detrás dos bares do Casino, da discoteca *Jézebel* e outras coisas mais.

Investiguem e vão ver as surpresas. Eles roubam à descarada e os trabalhadores é que pagam.

Jota

A cimeira da NATO não é be

Portugal é membro da NATO por obra do salazarismo. É tempo de mudar

O site da NATO anunciou em Agosto do ano passado a realização de uma cimeira da organização em Portugal no final de 2010. O facto foi confirmado pelo presidente da República, Cavaco Silva, e a data apontada para Novembro. Da agenda faz parte a revisão do chamado “conceito estratégico” da Aliança. O propósito é alargar o âmbito de actuação da NATO, quer no plano geográfico quer no que toca aos motivos que podem servir de pretexto para a sua intervenção. Daí, a agenda anunciada da cimeira falar tanto da guerra no Afeganistão, como de ciber-terrorismo, de ameaças ambientais, de pirataria e de segurança energética. Quer isto dizer que tudo pode ser alvo da atenção e intervenção da NATO – isto é, dos EUA e da União Europeia.

A NATO, criada em 1949, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, aliou os países da Europa ocidental aos EUA dando início à chamada Guerra Fria. Apresentou-se primeiro como “defensiva”, visando fazer frente ao “perigo comunista”. Mas, depois do desaparecimento do Bloco de Leste, quando a justificação da sua existência era posta em causa, reorganizou-se em função do que os estrategas norte-americanos passaram a designar por “segurança global” e “intervencionismo humanitário”. Com esses pretextos foi desencadeada, em 1999, a guerra à Jugoslávia. Pouco depois, o “combate ao terrorismo” passou a fazer parte da lista e, em 2001, foi essa a justificação para o ataque ao Afeganistão. Presentemente, a NATO, que começou por ser uma organização do Atlântico Norte, estende tentáculos ao Atlântico Sul, a África e ao Oceano Índico.

Portugal, que é membro fundador da NATO por obra do salazarismo, tem mantido desde sempre completa dependência em relação aos interesses norte-americanos. Está comprometido por inteiro com a Aliança, para a qual contribui com militares, armamento e verbas avultadas. Participa nas guerras desencadeadas por vontade dos EUA, cede território para bases militares e disponibiliza sem pestanejar o espaço aéreo nacional às acções da Aliança. A tudo isto a população portuguesa tem assistido durante 60 anos sem poder pronunciar-se a favor ou contra.

Tal como os anteriores, o actual governo português – que tem efectuado profundos cortes nas despesas sociais, primeiro em nome do défice orçamental, depois em nome da crise, proximamente de novo em nome do défice e seguidamente em nome da dívida externa – gasta cada vez mais milhões de euros com os contingentes militares que põe ao serviço das aventuras militares da NATO.

Além disso, os compromissos assumidos pelos governos portugueses junto dos seus parceiros da NATO implicam virar costas a outros compromissos – como o respeito da vontade popular, o respeito dos direitos humanos, o respeito da legalidade internacional, o respeito do direito dos povos e disporem de si próprios, o respeito do dever de não agressão... Tem portanto todo o sentido apelar ao povo português para que exija a mudança completa da política de subserviência e de cumplicidade que tem norteado as autoridades do país diante da NATO e das grandes potências.

O anúncio da cimeira para Portugal deu origem a movimentações de diversos activistas e forças políticas no sentido de levantar um protesto nacional contra a NATO.

No final de 2009 e no início deste ano, duas iniciativas diferentes criaram plataformas de acção contra a cimeira: a *Plataforma Anti Guerra e Anti Nato* (PAGAN) e a campanha *Paz Sim, NATO Não!*

Várias das pessoas e organizações que apoiam as iniciativas (entre elas o *Mudar de Vida*) consideram que este movimento deverá ser de natureza unitária de modo a reunir o máximo de forças e a mobilizar o maior número de pessoas. Não sendo diferentes os alvos e as bases políticas das duas campanhas, nada obsta a que a acção seja convergente. Sendo de admitir, e desejável, que realizações diversas tenham lugar por todo o país, deve porém fazer-se confluir forças nas acções mais significativas da campanha, como por exemplo uma contra-cimeira e uma manifestação de rua.

É neste sentido que fazemos um apelo para que todos dêem apoio, participem e divulguem as iniciativas a levar a cabo contra a cimeira e contra a NATO.

Manuel Raposo



Quais os objectivos da campanha contra

Manifestar a oposição à realização da cimeira da NATO e aos seus objectivos belicistas

Exigir ao governo que retire as forças portuguesas envolvidas em missões militares da NATO

Reclamar o fim das bases militares estrangeiras e das instalações da NATO em território nacional

em vinda



O que fazem as tropas portuguesas no Afeganistão? E quem as paga?

Posição da Plataforma Anticapitalista

A Plataforma Anticapitalista divulgou um comunicado em que protesta contra o envio de tropas portuguesas para o Afeganistão. Com efeito, no dia 25 de Janeiro, seguiram para aquele país 20 militares, de um contingente de 150, que vão reforçar as tropas que prestam colaboração às unidades da NATO desde 2005. Actualmente, estão no Afeganistão 103 militares, dos três ramos das Forças Armadas, em funções logísticas, de apoio médico, de controlo de tráfego aéreo. Mas, a partir de agora, o contingente português (que em Fevereiro atinge os 250 militares) passa a integrar uma força de reacção rápida destinada ao combate. A colaboração prestada pelas autoridades portuguesas à agressão iniciada pelos EUA em 2001 deixa, assim, de estar coberta como véu da “ajuda à pacificação do país” e passa a tomar parte, directamente, nos crimes que estão a ser cometidos contra os resistentes e as populações civis. É o resultado da fidelidade com que o governo e demais autoridades do Estado – aplaudidos pelo PSD e pelo CDS – têm correspondido às exigências dos EUA.

De facto, os norte-americanos reclamaram aos seus aliados, no final do ano passado, mais 5 mil homens. Em resposta, o ministro da Defesa Santos Silva disse, em Dezembro, sem sinal de vergonha na cara, que “a porta portuguesa em relação às obrigações e solidariedade com os aliados está sempre aberta”. Reproduzimos o texto do comunicado da Plataforma Anticapitalista.

No dia 25 de Janeiro, partiu para o Afeganistão mais um contingente de tropas portuguesas que vai render e reforçar, aumentando-o para o dobro, o destacamento que ali permanece desde 2005.

Porque falta sempre dinheiro para melhorar pensões, salários, saúde pública e educação – e não falta para enviar e manter tropas no estrangeiro?

O governo cozinhou, com o CDS e o PSD, um orçamento que congela salários, mantém milhares de desempregados sem subsídio e não aponta uma medida sequer para travar os despedimentos.

Ao mesmo tempo, insiste em manter tropas e polícias fora das fronteiras e prepara-se para aumentar o orçamento da Defesa com o aplauso de Portas e Ferreira Leite. Nisto, todos se puseram de acordo sem precisarem de negociações – basta tirar a quem trabalha e dar a quem parasita.

Que fazem os soldados portugueses no Afeganistão?

Colaboram numa guerra alheia, iniciada por Bush e prolongada por Obama. A missão da NATO, em que as forças portuguesas se integram, é apenas o chapéu-de-chuva que presta auxílio à agressão norte-americana.

Os EUA invadiram o Afeganistão em 2001 com o pretexto de combaterem o terrorismo e defenderem a segurança do mundo.

Quase nove anos depois, tudo piorou no Afeganistão: produção e tráfico de droga, corrupção, fraudes eleitorais, miséria generalizada. Diante de uma resistência imparável, o terror maciço é a arma das forças de ocupação, que bombardeiam populações civis e as privam de tudo o que é essencial.

A segurança mundial está mais ameaçada: a guerra alastrou ao Paquistão e uma nova agressão está em curso contra o Irém.

As justificações das autoridades portuguesas não servem

Governo e demais autoridades justificam-se com os compromissos assumidos no quadro da NATO. Mas o que está em causa é uma total dependência diante dos interesses dos EUA e das potências europeias; um atropelo dos direitos dos povos; e um completo desprezo pelos reais interesses da população portuguesa.

A agressão ao Afeganistão (como ao Iraque e à Jugoslávia) viola o direito internacional e a Constituição portuguesa; e faz tábuas-rasa do repúdio do povo português pela guerra.

Se os compromissos com a NATO, como se vê, nos arrastam para a guerra, então devemos abandonar a NATO e reclamar a sua dissolução.

Por isso, exortamos o povo português

- A exigir a retirada das tropas portuguesas do Afeganistão e de todas as missões da NATO; o fim da ocupação do Afeganistão; a dissolução da NATO.

- A rejeitar a linha política seguida pelos governos e autoridades portuguesas e a reclamar a adopção de uma política que defenda o direito internacional e respeite a soberania dos povos.

- A repudiar a realização da Cimeira da NATO prevista para Novembro no nosso país.

Plataforma Anticapitalista

Colectivo de Comunistas Revolucionários

Colectivo Mudar de Vida

Colectivo Política Operária

25 de Janeiro de 2010

a a NATO?

Exigir a dissolução da NATO

Lutar pelo desarmamento, pelo fim das armas nucleares e de destruição maciça

Exigir às autoridades portuguesas que cumpram a Carta da ONU e a Constituição Portuguesa, respeitem o direito internacional, a soberania e igualdade dos povos

Para a tropa já há dinheiro!

Orçamento aumenta gastos militares

Políticos “responsáveis”, analistas encartados e papagaios de serviço ao capital tentam convencer-nos da necessidade de uma forte contenção das despesas nos próximos orçamentos – desde logo reduzindo as verbas sociais, que mal ajudam a diminuir a penúria das classes trabalhadoras, e congelando os salários dos funcionários públicos. Ao mesmo tempo, falam da inevitabilidade do aumento das despesas com o Ministério da Defesa, que sobem 5%. Contradição? Não, apenas dois lados da mesma política de espoliação das classes trabalhadoras.

O aumento das despesas militares mostra a crescente dependência do país em relação aos interesses das grandes potências, os EUA e os seus principais aliados europeus. É esse o significado da política de “portas abertas” declarada pelo ministro da Defesa em relação à exigência norte-americana de envio de mais tropas para o Afeganistão.

O aumento das despesas com a tropa deve-se ao envio de mais militares e polícias para o Afeganistão (além do Kosovo, do Iraque e dos mares da Somália), à entrada ao serviço de novas armas e a mais



gastos com promoções. Só os dois novos submarinos adquiridos, com os respectivos juros, custarão mais de 1000 milhões de euros. As novas fragatas e os novos blindados custaram mais de 500 milhões. A manutenção de cinco helicópteros de combate custará 50 milhões de euros nos próximos cinco anos. Os custos com as novas promoções nas FA ultrapassam os 100 milhões. As despesas operacionais com as novas armas vão custar outros milhões. E tudo isto, que é muito, representa apenas uma pequena parte dos milhares de milhões de

euros anualmente dispendidos com as FA e as forças repressivas (GNR, PSP, PJ, etc.). Com estes gastos e mais missões guerreiras, as forças do poder pensam ficar nas boas graças dos EUA e das instâncias cimeiras da UE. Pensam talvez comprar alguma benevolência no que toca aos custos da crise económica. Só demonstram ter uma mentalidade subserviente e mercenária. Como se vê com o caso da Grécia, na hora de fazer contas o capital internacional segue a máxima “amigos, amigos, negócios à parte”.

Pedro Goulart

“Missão de segurança”

A revelação foi feita pelo ministro Santos Silva à chegada a Lisboa da fragata Álvares Cabral, que regressava da Somália após uma operação NATO de combate à “pirataria”. A futura missão militar portuguesa, no âmbito da União Europeia, vai participar na formação de forças de segurança somalis e custará um milhão de euros. De salientar que a Europa foi, em grande parte, responsável pelo esgotamento dos recursos naturais das águas da Somália e que é suspeita de para aí atirar recipientes com resíduos radioactivos. Talvez isto ajude a explicar o aparecimento da “pirataria” somali.

OE: sacrifícios só para os de baixo

No Orçamento do Estado para 2010, enquanto são congelados os salários dos trabalhadores da administração pública e penalizadas as suas pensões, o conjunto dos ministros de José Sócrates (incluindo os seus assessores, chefes de gabinete e secretariado) aumenta em mais de 3% as despesas com viagens, hotéis, telemóveis, carros e combustíveis. Isto, muito acima dos 0,8% de inflação prevista para este ano e quando o Governo deu orientação de “aumentos zero” aos vários departamentos da máquina do Estado. Bem pode o ministro das Finanças vir dizer que aceitaria baixar o seu ordenado para “dar o exemplo”. A bravata é desmentida pelos números que ele próprio aprovou para o seu governo.

O prémio

José Sócrates nomeou a sua ex-ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, para presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). Mais um tacho para pagar a fidelidade com que a ministra aplicou a política de ataque aos professores e ao ensino público. Criada em 1985, a FLAD, sob a capa do desenvolvimento, das bolsas, das parcerias, dos debates, dá passagem à propaganda dos EUA em Portugal. Entre 1985 e 1991 a FLAD recebeu 85 milhões de euros do governo português e detém hoje um património superior a 150 milhões de euros.

Não à extradição dos detidos bascos

Pressão do governo espanhol visa maior intervenção policial em Portugal

Perseguidos pela Guardia Civil em Espanha, Garikoitz Garcia e Iratxe Yañez entraram em Portugal, por Trás-os-Montes, onde foram presos pela GNR. Foi uma “coordenação espectacular” disse Pérez Rubalcaba, o ministro espanhol das polícias, ao referir-se à rápida detenção pela GNR dos dois independentistas bascos. “Agradeço a Portugal e às suas forças de segurança, pela sua eficácia”, acrescentou ainda Rubalcaba. As palavras do ministro espanhol são o reconhecimento da crescente cumplicidade repressiva entre as autoridades portuguesas e espanholas.

Presentes ao Tribunal de Torre de Moncorvo, em 10 de Janeiro, Garcia e Yañez foram depois transferidos para a PJ, em Lisboa, e apresentados ao Tribunal Central de Instrução Criminal.

As autoridades espanholas e os

jornalistas *embedded* do sistema (tanto em Espanha, como por cá), que acusam os detidos de ligações à ETA, têm pressionado o governo português no sentido de uma rápida extradição dos dois presos políticos para Espanha. A questão tem sido objecto de várias conversas a nível ministerial dos dois países, apesar da propalada separação entre o poder executivo e o poder judicial.

Mais, sabe-se como a Espanha pratica a tortura em relação aos presos políticos bascos (espancamentos, tortura do sono, simulação de afogamento ou choques eléctricos nas partes genitais), tendo sido tal situação já várias vezes denunciada por insuspeitos organismos internacionais dos direitos humanos, nomeadamente pelo Relator da Comissão da ONU contra a Tortura e pela Amnistia Interna-

cional. Consideramos, assim, que seria extremamente grave que o estado português se tornasse cúmplice desta situação, extraditando os independentistas bascos. Por outro lado, e na sequência destes acontecimentos, assim como do aparecimento de uma alegada casa da ETA, em Óbidos, tem sido grande o empenho de Rubalcaba e de vários polícias e jornalistas espanhóis (mas também de alguns portugueses) no sentido de forçar as coisas e demonstrar a existência de uma base da ETA em Portugal. O que poderia justificar maior interferência das polícias espanholas do lado de cá da fronteira. Além disso, o “terrorismo” serve a boa parte das classes dominantes como pretexto para aumentar a vigilância, a perseguição policial e a criminalização da resistência política.

Carlos Completo

“Inquéritos” israelitas

Apertado pelas provas apresentadas no relatório das Nações Unidas sobre os crimes de guerra cometidos na Faixa de Gaza, o governo israelita confessou ter usado fósforo branco contra a população civil palestina. Mas daí não resultam medidas sérias. Com a habitual impunidade, Israel reduziu a questão a “excessos” de dois oficiais, quando se sabe que este e outros procedimentos criminosos foram prática corrente e, portanto, resultam de orientações dadas ao mais alto nível. Com o seu proverbial cinismo, o governo israelita informou ter aberto 150 inquéritos; desses, só 36 seguiram para investigação criminal; e finalmente apenas um resultou em condenação – um soldado apanhou sete meses de prisão por roubar cartões de crédito a um palestino.

Brigadas de limpeza

A Defensoria do Povo de Buenos Aires acusou o governo da capital argentina de expulsar os sem-abrigo das ruas por meios violentos. Foram apresentadas em CD provas de maus tratos a pessoas isoladas e da expulsão de 103 famílias de um edifício. Uma chamada Unidade de Controlo do Espaço Público (encarregada também de retirar cartazes considerados ilegais e de atender denúncias) é o instrumento desta repressão. Vários elementos da UCEP são vistos nos CD a pontapear uma mulher grávida que vive nas ruas da cidade e a insultar outros sem-abrigo. A directora de um centro de estudos sociais disse que os elementos da UCEP “saem à noite, sem identificação, não fazem autos e tratam as pessoas como se fossem coisas”.

Cerco ao Irão

Os EUA anunciaram que vão montar um cerco ao Irão composto por um sistema de mísseis a instalar em quatro países árabes da vizinhança: Kuwait, Qatar, Emirados e Bahrein. O dispositivo é anunciado, claro, como “defensivo” e destinado à “dissuasão”. As súbitas preocupações dos EUA com a segurança do Iémen, país também situado na região, encaixam assim na manobra.

Israel e os “povos inferiores”

“Reparem que ele está sentado numa

cadeira mais baixa e nós estamos nas mais altas, que apenas existe [na sala] uma bandeira israelita e que não estamos a sorrir”.

Com estas palavras, em hebreu, Danny Ayalon dirigiu-se aos jornalistas que tinham vindo fazer a cobertura da sua entrevista com um diplomata turco convocado, em 11 de Janeiro, para receber um protesto israelita. Ayalon não é qualquer irresponsável: é o vice-ministro israelita dos Negócios Estrangeiros e braço direito do ministro Avigdor Liebermann, também ele conhecido como extremista e racista.

Nos dias seguintes, a encenação para humilhar o visitante desencadeou um autêntico vendaval de protestos e pareceu colocar Israel e a Turquia à beira do corte de relações diplomáticas. A crise tinha de ser resolvida de algum modo, porque a Turquia é, no chamado mundo islâmico, o país que se distingue por ser membro da NATO, por nunca ter estado em guerra com Israel e por manter com Israel relações de cooperação militar. Foi resolvida com dois pedidos de desculpas israelitas.

O que aqui importa é, no entanto, pensar um pouco sobre o significado da encenação. Ayalon convocou o diplomata turco para protestar contra um filme de ficção na televisão turca. Esse filme dava da Mossad uma imagem pouco ao gosto dos sionistas. Para mostrar graficamente que o interlocutor turco ia receber uma ordem e só tinha de acatá-la, colocou-o numa cadeira baixinha e com uma bandeira israelita, só essa, a decorar a sala.

Como não recordar a cena de “O grande ditador”, de Chaplin, em que Hitler recebe Mussolini e o coloca numa cadeira mais baixa para marcar as hierarquias dentro do Eixo?

Ao longo da História, sempre os grandes ditadores ou os chefes de potências expansionistas quiseram olhar o mundo de cima para baixo. Quando a sua



estatura dificultava o exercício dessa preferência, dotavam-se de algum acessório. Napoleão olhava o mundo do alto do seu cavalo branco, Franco empoleirava-se num pequeno estrado para disfarçar a baixeza da sua estatura – à do carácter, não há estrado que valha. Nas democracias burguesas normais, existem muitas outras taras. Mas esta foi rareando e talvez aí se possa ver um avanço civilizacional. Mesmo figuras detestáveis sabem gracejar oportunamente sobre si próprias, como têm feito Marques Mendes e António Vitorino. Só lhes fica bem. O regime israelita de *apartheid* representa, nesse sentido, um retrocesso civilizacional. Nele não há diálogo com os outros povos da região e sim demonstrações de força, de poder e de supremacia: rituais mágicos levados a cabo por feiticeiros tribalistas de gravata. Não deixa de ser significativo que

o ministro Liebermann e o primeiro-ministro Netanyahu se tenham torcido todos para não obrigarem Ayalon a apresentar desculpas e tenha sido o presidente Shimon Peres a impô-las. Mas esse mesmo Shimon Peres, o “polícia bom”, sempre foi dizendo que no fundo o protesto israelita era justificado, porque a televisão turca tinha passado das marcas. Ora, esse era precisamente o teor dos protestos que Hitler repetidamente apresentava aos diplomatas britânicos contra a imprensa britânica alegadamente muito anti-nazi.

O regime turco não precisa que o ensinem a censurar a sua imprensa. Isso já ele sabe e pratica de sobra. Bem pelo contrário, mais democracia no mundo árabe e islâmico significaria menos margem de manobra para o sionismo.

António Louçã

Espanha: mais de 4 milhões de desempregados

O desemprego em Espanha ultrapassou em Janeiro os quatro milhões de trabalhadores. Se porém forem tidos em conta os números do Inquérito à População Activa (EPA) o desemprego terá atingido uma cifra superior a 4.300.000 pessoas no final do ano passado. De Dezembro para Janeiro foram registados mais 124.890 desempregados o que significa mais de 4 mil pessoas despedidas por dia.

Além disso, o número de contratos de trabalho celebrados em Janeiro deste ano é muito inferior aos dos anos anteriores, o que confirma a diminuição da actividade económica. Dos cerca de um milhão de contratos celebrados em Janeiro apenas 9% são contratos fixos, facto indicador de que o patronato aposta no trabalho a prazo. O número de pessoas que passaram a depender de subsídios diversos aumentou de um milhão e meio, em 2007, para mais de 3 milhões, em 2009. O maior crescimento verificou-se no subsídio de desemprego que multiplicou por três. Mesmo assim, mais de um milhão de pessoas não beneficia de nenhum tipo de apoio; e cerca de milhão e meio recebe, em média, 400 euros por mês (sendo o salário mínimo, em 2009, de 624 euros). O sector mais atingido é o dos serviços (comércio, hotelaria e actividades administrativas), que representa 82% do desemprego, seguido da construção. O crescimento dos despedimentos verifica-se em todo o território, mas é mais acentuado na Catalunha e na Andaluzia. Depois de, no Verão passado, o



governo ter indicado uma redução do desemprego em 14 mil pessoas, os valores voltaram a subir mostrando que se tinha tratado apenas de uma pontual variação sazonal. Os dados mais recentes mostram que prossegue a tendência para o crescimento do desemprego, prevendo-se que continue pelos próximos meses. Outro dos dados da EPA que revela a situação de fundo da sociedade espanhola é o número

de famílias em que todos os membros activos estão desempregados. Este valor atingiu, em meados de 2009, antes portanto dos valores mais recentes, quase 1.200.000 lares. Um site espanhol de procura de emprego, contestando o optimismo do governo, comentava, em Outubro de 2009: "O mal-estar, o desemprego, a falta de dinheiro e de recursos sentem-se à flor da pele".
Manuel Raposo

Bilbau protesta

Milhares de manifestantes (muitos deles de outras localidades de Espanha) desfilaram em Bilbau, em 2 de Janeiro, ao apelo de organizações políticas e sindicais. Isto, apesar da proibição e das manobras do Ministério do Interior, que anunciou um sequestro ou um atentado da ETA, para desmobilizar a esquerda independentista. Os manifestantes criticaram a criminosa política penitenciária do Estado espanhol, defenderam os direitos dos presos bascos e reivindicaram a sua ida para o País Basco.

A era Obama

O orçamento norte-americano suspendeu muitos dos gastos correntes, mas não todos. A Defesa vai beneficiar em 2011 de mais 2%, atingindo o montante de 700 mil milhões de dólares. Além disso, Obama conta obter do Congresso mais 33 mil milhões para as tropas recentemente enviadas para o Afeganistão. As novas verbas destinam-se a multiplicar as armas usadas pela Força Aérea e pelo Exército (aviões não tripulados, bombas de precisão e helicópteros) e a financiar Operações Especiais, não apenas no Afeganistão mas também no Iémen. O reforço financeiro dá igualmente suporte a uma revisão estratégica da política dos EUA: em vez de estarem preparadas para enfrentar duas guerras ao mesmo tempo, as Forças Armadas deverão poder responder a "uma multiplicidade de ameaças" de forma a "prevaler em todas as guerras". Mais uma novidade da era Obama.

Manifestações na Andaluzia

As duas principais centrais sindicais espanholas (as Comisiones Obreras e a UGT) marcaram em conjunto para 24 de Fevereiro manifestações em todas as capitais da Andaluzia contra a proposta do governo de redução dos direitos dos pensionistas. O pretexto invocado pelo governo é a "viabilidade" do sistema de segurança social. Com essa ameaça, dizem os sindicatos, cria-se o alarme na população e faz-se o jogo dos grupos financeiros e das

seguradoras que querem converter o sistema público de segurança social num grande negócio lucrativo para os privados. As CO põem em causa a afirmação governamental de que o sistema está em risco, apontando o facto de haver um fundo de reserva de mais de 68 milhões de euros e denunciando os propósitos de ser feito uso desse fundo para efeitos especulativos. Apontam ainda o facto de a economia paralela em Espanha representar 20 a 25% do Produto

Interno Bruto e de essa ser uma fonte onde devem ser buscados mais recursos para a segurança social. As centrais sindicais exigem também a melhoria das pensões dos trabalhadores rurais (com peso significativo na região) e dos empregados domésticos, integrando-os no regime geral da segurança social; e reclamam a redução do tempo de trabalho para as profissões penosas.
Manuel Raposo

A Swift espia-nos

À conta do "terrorismo", os EUA têm acesso diário a 15 milhões de transacções bancárias feitas por cidadãos em 8 mil bancos de todo o mundo. Os dados, geridos pela empresa Swift, incluem os nomes das pessoas e os comentários que acompanham as transacções. Para a União Europeia, o acordo foi firmado pelos governos dos países membros um dia antes de entrar em vigor o Tratado de Lisboa para evitar que o assunto fosse debatido pelos deputados europeus, que passam a ter mais poderes na matéria.

Raízes da tragédia

O grau de destruição e morte no Haiti não pode ser atribuído apenas à magnitude do sismo. Parte significativa dos trágicos resultados radica na grave situação económica e social há muito vivida no país.

Ocupando um terço da ilha de São Domingos (o resto é ocupado pela República Dominicana), o Haiti, após uma revolta de escravos, em 1794, foi o primeiro país do mundo a abolir a escravatura.

Em 1804, depois da derrota dos franceses por um exército de haitianos, o país declarou a independência. Como retaliação, os escravagistas europeus e norte-americanos mantiveram o Haiti sob chantagem, recorrendo a um bloqueio comercial durante 60 anos. Até que, para pôr fim ao bloqueio, os haitianos se viram obrigados a assinar um tratado, no qual se comprometiam a pagar à França uma indemnização de 150 milhões de francos.

No século XX, os EUA ocuparam o país entre 1915 e 1934. De 1957 a 1986 o Haiti foi submetido à ditadura, violenta e corrupta, da família Duvalier, apoiada pela França. Calcula-se que Duvalier-filho tenha roubado 504 milhões de dólares do tesouro haitiano entre 1971 e 1986.

Cerca de 80% dos haitianos vivem na pobreza. 1% dos haitianos mais ricos detêm metade da riqueza do país. Centenas de milhares de crianças trabalham, sem pagamento, como empregados domésticos, em regime de escravatura. Em 2009, o FMI e pelo Banco Mundial impuseram ao Haiti medidas draconianas para saldar a elevada dívida externa. Franceses e norte-americanos foram, no fundo, grandes responsáveis por muito do mal infligido a este povo durante mais de um século.

Hoje, depois da catástrofe sísmica, e a pretexto dela, é claro que o exército estado-unidense (com 17 mil soldados no terreno) procede, uma vez mais, à ocupação militar do país. E conhecendo como se conhece o comportamento norte-americano, é de denunciar contundentemente e desde já a situação.

Pedro Goulart

EUA invadem Haiti

Prioridade à reorganização militar, em vez da ajuda humanitária e de emergência

A coberto de uma missão “humanitária”, os EUA ocupam o Haiti: a um exército de 13000 homens em terra e no mar juntar-se-á, muito em breve, um efectivo de mais 4000. A máquina de guerra dos EUA avança com a “propaganda” a seu lado.

A 27 de Janeiro, o semanário norte-americano *Workers World* mostra a realidade. Duas semanas depois da catástrofe que se abateu sobre o Haiti, deixando o país sem governo, polícia ou missão militar das Nações Unidas, os EUA asseguraram a ocupação do Haiti, com o objectivo de restabelecer a ordem pela força. As forças armadas dos EUA tomaram o palácio presidencial, os bancos, o aeroporto de Port-au-Prince e os portos. No dia 14 de Janeiro, as forças norte-americanas garantiram o controlo do tráfego aéreo; na única pista em funcionamento podem aterrar 120 aviões por dia mas há 1400 aviões que aguardam autorização dos EUA.

O Canadá, que tinha equipas de busca preparadas para seguir viagem, mudou de ideias a um sinal dos EUA e “optou, em vez disso”, como disse o ministro dos Negócios Estrangeiros, por enviar mais 2000 militares.

A par dos EUA, as forças da ONU, que ocupam o Haiti desde 2004, reorganizaram o seu comando, seriamente atingido pelo sismo, e aumentam o número de tropas de 9000 para 12500.

Todos os factos demonstram que Washington deu prioridade à reorganização militar, em detrimento da ajuda humanitária e de emergência. Em contraste com a intervenção de Cuba que tem 650 médicos e paramédicos no terreno, a operar em hospitais de campanha, em equipas que integram estudantes finalistas de medicina cubanos, que já trataram 18000 feridos e realizaram 1700 cirurgias. Ou com a ajuda prontamente prestada pela Venezuela, a China ou o Irão.

As denúncias de responsáveis governamentais de países europeus são silenciadas ou desvirtuadas.

O italiano Guido Bertolaso (coordenador das equipas de salvamento após o terramoto na região de Abruzzo, Itália, em 2009)



deu conta ao jornal londrino *Times* de 25 de Janeiro das acções “patéticas” e desorganizadas dos EUA, semelhantes às realizadas na sequência do furacão *Katrina* que assolou Nova Orleães em Agosto de 2005, afirmando tratar-se “de uma presença massiva que não é usada no sentido certo”. O governo de Silvio Berlusconi apressou-se a demarcar-se das declarações de Bertolaso.

O ministro da Cooperação de França, Alain Joyandet, na *BBC News* a 19 de Janeiro, é ainda mais incisivo acerca das prioridades dos EUA: “O objectivo deveria ser auxiliar o Haiti, não ocupá-lo”. Tanto bastou para que o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Bernard Kouchner desautorizasse a afirmação.

A organização “Médicos Sem Fronteiras” queixa-se dos atrasos nas aterragens dos aviões carregados de fornecimentos médicos, sempre depois dos aviões militares norte-americanos.

Outra fábula desmentida é a da “horda” de sobreviventes haitianos disputando “selvaticamente” os bens que conseguem chegar às suas mãos. É o próprio embaixador dos EUA no Haiti, Kenneth Merten, que se vê obrigado a testemunhar, na *BBC News* a 21 de Janeiro, “a

maioria dos haitianos tem um comportamento ordeiro e tranquilo”. Carentes de alimento e água há numerosos dias, os haitianos organizam-se para salvar os mais necessitados, para receber e partilhar o socorro. Jornalistas independentes (Kim Ives e Amy Goodman) testemunharam que quando camiões de alimentos chegaram a meio da noite, sem aviso, ao bairro Delmas 33, a organização popular local mobilizou de imediato os seus membros. Saíram para a rua e delimitaram um perímetro em volta dos camiões. As 600 pessoas que encontraram abrigo no campo de futebol, que é também um hospital, formaram e foí-lhes distribuído alimento de modo equitativo. “Não foram necessários *marines*. Não precisaram da supervisão das Nações Unidas”.

Um depoimento recolhido pelo *Workers World* é eloquente: “o terramoto foi como meia revolução, destruindo todos os edifícios governamentais e eliminando virtualmente o poder repressivo do Estado. É por isso que os EUA se apressam a substituir o poder do Estado, para controlar o futuro do Haiti e para garantir que o povo do Haiti não cumpra a outra metade da revolução”.

CM / John Catalinotto, WW

Em solidariedade com 12 mil trabalhadores ameaçados de despedimento

Greve geral une trabalhadores turcos

Cerca de dois milhões de operários e outros trabalhadores turcos levaram a cabo, em 4 de Fevereiro, uma greve geral de um dia em apoio à luta dos trabalhadores da Tekel, a empresa pública que detém o negócio de tabacos e álcool. As doze fábricas que integram a Tekel foram vendidas pelo governo turco à multinacional norte-americana British American Tobacco e os seus 12 mil trabalhadores estão ameaçados de cortes salariais, despedimentos, de passarem à condição de precários e de ficarem impedidos de se organizarem.

Desde Dezembro, os trabalhadores da Tekel iniciaram um protesto percorrendo o país em busca de apoio e pedindo contas ao governo. Em 17 de Janeiro reuniram na capital, Ancara, uma manifestação de 10 mil pessoas que foi recebida com cargas policiais, mas vários outros trabalhadores começaram a manifestar-lhes o seu apoio. Ferroviários, bombeiros e outros realizaram então greves de solidariedade. Esta crescente solidariedade pressionou as diversas direcções sindicais no sentido de organizarem o apoio no plano nacional. Seis centrais sindicais ameaçaram então o governo com greves de solidariedade em todos os sectores industriais. Diante das fracas concessões do governo foi então marcada um dia de greve geral.

A participação, apesar das fortes pressões patronais, foi muito elevada em particular nos sectores petrolífero, do vidro e dos couros. Também participaram os trabalhadores da saúde e dos serviços públicos, dos transportes (que paralisaram várias cidades), operários da indústria química, têxtil, da alimentação e bebidas e da metalurgia, e ainda estudantes, professores e diversas associações profissionais, que expressaram solidariedade e se manifestaram nas ruas. Mineiros de cinco diferentes zonas mineiras do país pararam o trabalho, manifestaram-se em frente dos escritórios das respectivas administrações e desceram igualmente à rua. Cerca de 200 membros do Sindicato dos Trabalhadores Reformados, não tendo possibilidade de parar, aderiram ao protesto fazendo greve de fome durante o dia de greve geral.

Ataques policiais aos grevistas e manifestantes verificaram-se em diversos pontos do país. Em vários casos os trabalhadores responderam, tendo havido confrontos.

O apoio aos trabalhadores da Tekel expressou-se também em manifestações de massas por todo o país que paralisaram várias cidades e que tiveram especial relevo em Istambul, Ancara, Esmirna e Adana.

Em Istambul mais de 20 mil pessoas responderam ao apelo de várias organizações, especialmente o sindicato dos metalúrgicos e o dos funcionários públicos. Na concentração, um dirigente sindical, dirigindo-se ao primeiro-ministro disse: "Tu e aqueles que tu representas não sois donos deste país. Os donos deste país são os trabalhadores da Tekel, da indústria farmacêutica, os pequenos



comerciantes, os trabalhadores subcontratados, os médicos, o corpo de bombeiros, os professores em lista de espera, os desempregados e os reformados".

Em Ancara a paralisação foi também maciça. Sindicatos, confederações, partidos e associações diversas juntaram-se aos trabalhadores da Tekel. Um porta-voz da confederação dos sindicatos de funcionários afirmou: "O mundo do trabalho uniu-se em apoio a esta resistência legítima que cresce dia a dia como bola de neve". E, referindo-se ao governo, acrescentou: "A Turquia e o mundo inteiro ouviram as vozes dos trabalhadores, mas aqueles que se põem em sentido diante do FMI ainda não as ouviram".

O protesto dos trabalhadores da Tekel ganhou amplo apoio entre a maioria dos trabalhadores turcos que sentiram no ataque à empresa estatal o prenúncio de outras medidas que os atingirá a todos. A determinação com que os trabalhadores da Tekel se mobilizaram, percorreram o país, enfrentaram o poder, pressionaram os sindicatos, foi decisiva para que a greve geral se realizasse. A amplitude que o movimento ganhou deu-lhe também um claro sentido político dirigido contra as medidas antilaborais do governo e contra as pressões do imperialismo veiculadas pelo FMI.

Urbano de Campos

Gregos não cedem

Milhares de trabalhadores e reformados manifestaram-se por toda a Grécia, a 10 de Fevereiro, em apoio a uma greve do sector público. Uma das palavras de ordem dos manifestantes é conhecida entre nós: "Os ricos que paguem a crise". No dia 24, será a vez de o sector privado entrar em luta.

Os trabalhadores combatem as medidas de austeridade que o governo grego, pressionado pela Comissão Europeia, quer impor em nome do défice e da dívida pública. Medidas previstas: redução dos salários e pensões, restrições à contratação, supressão de benefícios fiscais e subida da idade de reforma. E ainda: aumentos de impostos e subida acentuada do preço dos combustíveis.

O primeiro-ministro Papandreu, do Partido Socialista, eleito há meses pelos gregos na esperança de que iria inverter a política de direito do anterior governo, está precisamente a levar a cabo a política que os gregos rejeitaram.

Onde é que já vimos isto? A economia grega, como a portuguesa, tornou-se totalmente dependente do capitalismo europeu. E sofre por isso os efeitos da crise mundial de modo

mais brutal do que nos centros capitalistas dominantes. Por esse facto, vemos a Alemanha e a França a ditarem as medidas de austeridade e o rumo político a governos como o de Papandreu ou de Sócrates.

Por esse motivo também, a resistência dos trabalhadores gregos vira-se contra a União

Europeia. E a ilusão em Papandreu varreu-se. Dizia um sindicalista numa manifestação em Atenas: "Isto é uma guerra contra os trabalhadores e nós vamos responder com a guerra, com lutas constantes até que esta política seja deitada abaixo".

PG/UC

DITO

Sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário.

Lenine (1870-1924)